

Recomendação n.º 76

Impacto do próximo Quadro Financeiro Plurianual no setor das pescas das Regiões Ultraperiféricas

Considerando os debates em curso sobre a preparação do próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) da União Europeia, bem como as preocupações manifestadas relativamente à eventual redução das verbas destinadas ao setor das pescas, o Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP) vem por este meio emitir a sua opinião, em complemento às posições já expressas pelos Conselhos Consultivos no âmbito da [carta conjunta sobre o futuro do QFP](#):

As Regiões Ultraperiféricas (RUP) de *Saint Martin, Guadeloupe, Martinique, Guyane Française, Açores, Madeira, Canárias, Mayotte e La Réunion*, enfrentam constrangimentos estruturais permanentes, tais como a ultraperiferia, a insularidade, a fragmentação territorial, a reduzida dimensão dos mercados, a dependência do setor marítimo e a maior exposição a choques económicos e ambientais. Estes fatores conferem às RUP uma vulnerabilidade acrescida a eventuais reduções do financiamento europeu, em particular no setor das pescas.

Nos últimos anos, o setor das pescas nas RUP tem sido confrontado com um conjunto acumulado de desafios, de natureza ambiental, económica e social, que colocam em risco a sua viabilidade a médio e longo prazo. Entre estes desafios, destacam-se a redução de quotas de espécies com elevada importância económica, o aparecimento e a proliferação de espécies invasoras com impactos negativos nos ecossistemas e na biodiversidade local, bem como a crescente frequência e intensidade de fenómenos climáticos extremos.

A estes fatores acrescem a redução das áreas de pesca, nomeadamente em resultado da implementação de áreas marinhas protegidas, que, apesar da sua relevância ambiental, têm repercussões diretas nos rendimentos do setor da pesca e carecem, em muitos casos, de mecanismos de compensação adequados, justos e proporcionais. Paralelamente, verificam-se alterações nos padrões migratórios de espécies comercialmente relevantes, como por exemplo, os tunídeos, que afetam a previsibilidade e a estabilidade das atividades piscatórias.

O aumento dos custos operacionais, em particular dos combustíveis, bem como a dificuldade crescente em assegurar a renovação geracional para o setor, agravam ainda mais a pressão sobre a [pesca artesanal das RUP](#), que constitui a base económica, social e cultural de muitas das nossas comunidades costeiras.

Neste contexto, o setor das pescas assume um papel central na coesão económica,

social e territorial das RUP, assegurando emprego direto e indireto, segurança alimentar, dinamização económica local e a preservação de um património cultural profundamente enraizado. Qualquer redução ou reconfiguração do apoio financeiro europeu que não tenha plenamente em conta estas realidades, poderá ter impactes relevantes nas RUP.

A Política Comum das Pescas reconhece a necessidade de uma abordagem diferenciada para as RUP, devendo esta refletir-se nos instrumentos financeiros da União Europeia, nomeadamente no próximo QFP. A ausência dessa consideração, poderá comprometer a aplicação efetiva da PCP nos nossos territórios e contrariar os princípios de coesão económica, social e territorial consagrados no Tratado de Funcionamento da União Europeia.

Neste contexto, o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEMPA) prevê, nos termos do artigo 5.º do [Regulamento \(UE\) 2021/1139](#), dotações financeiras mínimas destinadas às operações nas RUP: *«Para as operações nas Regiões Ultraperiféricas, cada Estado-Membro em causa atribui, no âmbito do seu apoio financeiro da União estabelecido no anexo V, pelo menos: 102 000 000 EUR para os Açores e a Madeira; 82 000 000 EUR para as ilhas Canárias; 131 000 000 EUR para Guadalupe, a Guiana Francesa, a Martinica, Maiote, Reunião e São Martinho».*

O CCRUP reafirma a sua disponibilidade para continuar a contribuir para o processo de reflexão sobre o futuro do QFP, com vista a assegurar soluções equitativas que salvaguardem a sustentabilidade dos recursos marinhos, a viabilidade económica do setor das pescas e o futuro das comunidades piscatórias das Regiões Ultraperiféricas.

Assim o CCRUP **recomenda à Comissão Europeia:**

- 1. A realização de estudos sobre potenciais impactes socioeconómicos das opções orçamentais previstas no próximo QFP nas comunidades piscatórias das RUP**, de modo a fundamentar decisões políticas ajustadas à realidade dos nossos territórios;
- 2. A manutenção da atual dotação orçamental prevista para as RUP**, ao abrigo do artigo 5º do Regulamento (UE) 2021/1139, garantindo a continuidade do apoio específico ao setor das pescas nas nossas Regiões;
- 3. No âmbito da preparação do próximo Quadro Financeiro Plurianual, a reavaliação a proposta orçamental para o setor das pescas**, assegurando recursos financeiros adequados, que salvaguardem a sustentabilidade económica e social do setor, com particular atenção às Regiões Ultraperiféricas.

Recomendamos igualmente aos **Estados-membros interessados** que:

- 1. Defendam junto da Comissão Europeia e das instituições europeias competentes, o reforço das verbas financeiras destinadas às pescas artesanais das RUP, no próximo QFP, garantindo mecanismos de compensação adequados;**
- 2. Promovam políticas financeiras para uma equidade sustentável e viabilidade socioeconómica das comunidades piscatórias das RUP, assegurando a continuidade da pesca artesanal e a preservação do património cultural associado ao setor.**